

ESTUDOS ESTRATÉGICOS: UMA ABORDAGEM SOBRE O ARQUÉTIPO ORGANIZACIONAL MILITAR BRASILEIRO E A RELAÇÃO CIVIL-MILITAR

Frederico Carlos de Sá Costa*¹

André Marcus Blower**²

RESUMO

Neste artigo, busca-se responder à seguinte pergunta: o momento constituinte (1985-1988) é central para o entendimento da transformação do arquétipo³ organizacional militar brasileiro e do impacto desta transformação na relação civil-militar nacional? A temática desenvolvida por Andreski (1968), na sua obra *Military Organization and Society*; Huntington (1996), no clássico *O Soldado e o Estado*; e, analisando o caso brasileiro, Stepan (1986), no seu trabalho *Os Militares: da Abertura à Nova República*, constitui interesse de estudo para os autores deste artigo, haja vista conduzirem os debates sobre a relação civil-militar nacional, permitindo-se a inserção de outras realidades num quadro analítico maior. Discutir-se-á a hipótese de que o arquétipo organizacional militar brasileiro, após 1988, é classificado, segundo a nomenclatura utilizada por Andreski, como *Mortazic*, diferente daquele classificado como *Ritterian*, atinente ao período histórico anterior (1964 a 1985).

Palavras-chave: Arquétipo Organizacional Militar Brasileiro; Relação Civil-Militar no Brasil; Momento Constituinte (1985-1988).

* Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil. E-mail: fcarlos@id.uff.br, endereço: Instituto de Estudos Estratégicos - INEST- Campus do Valonguinho - Alameda Prof. Barros Terra, s/n - 2º Andar, Centro - Niterói CEP. 24020 - 150 - RJ - Brasil

¹ Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ. Professor do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense.

** UFF, Niterói, RJ, Brasil. E-mail: andreblower@hotmail.com, endereço: Instituto de Estudos Estratégicos - INEST- Campus do Valonguinho - Alameda Prof. Barros Terra, s/n - 2º Andar, Centro - Niterói CEP. 24020 - 150 - RJ - Brasil

² Capitão-de-Fragata. Mestre em Ciências Navais (2011) e Mestrando em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança pela Universidade Federal Fluminense.

³ Entende-se aqui a expressão “arquétipo organizacional militar” como sendo uma construção racional, teórica, concernente a uma realidade específica, utilizável como ferramenta e memória fundacional de organizações militares.

STRATEGIC STUDIES: AN APPROACH ON THE BRAZILIAN MILITARY ORGANIZATION ARCHETYPE AND ON THE CIVIL-MILITARY RELATIONS

ABSTRACT

This article seeks to respond the following question: does the founding constitutional moment (1985-1988) embody the central point to the understanding of the Brazilian military organization archetype transformation and its impact into the national civil-military relations? The issues developed by Andreski (1968), in his book *Military Organization and Society*; Huntington (1996), in the classic *The Soldier and the State*; and, analysing the Brazilian perspective, Stepan (1986), in his work *Os Militares: da Abertura à Nova República*, constitute the research key-point to the authors of the article, due to conduct the discussions about the national civil-military relations, allowing the insertion of other realities in a larger analytic picture. The goal is to conduct the debate upon the hypothesis: the Brazilian military organization archetype, after 1988, is classified according to Andreski, as Mortazic, different from the Ritterian classification, belonging to the earlier historic time (1964 a 1985).

Keywords: Brazilian Military Organization Archetype; Civil-Military Relations in Brazil; Founding Constitutional Moment (1985- 1988).

INTRODUÇÃO

As relações entre civis e militares importam na condução política de um Estado. Desprezar as Forças Armadas como agente político é um erro. Ambas as afirmações podem ser verificadas com facilidade na História do Estado Moderno. Sendo assim, não constitui novidade o fato de os Estados vencedores da Segunda Guerra Mundial debruçarem-se sobre a área que estuda “o papel do poder militar na política internacional, em face dos meios econômicos, políticos e militares (mas não apenas desses), tendo em vista a consecução dos objetivos de Estado” (FIGUEIREDO, 2010, p. 272).

Tal área, os Estudos Estratégicos, por sua interdisciplinaridade, abrange temas variados. O entendimento aqui proposto, entretanto, é o de que a relação civil-militar ocupa posição pivotal nos estudos relativos à inserção dos Estados no contexto internacional de poder. Nesse viés, o papel da força militar no Sistema Internacional, como campo epistêmico consolidado para diversos Estados do centro do poder mundial, não deve prescindir

de amplo e refinado debate da expertise civil e de especialistas militares (Idem, *ibidem*).

A importância dada aos Estudos Estratégicos pelos vencedores da Segunda Guerra Mundial não implica no direito dos outros Estados descuidarem da temática. Estados são, antes de tudo, provedores de segurança. A literatura produzida nos “Estados centrais” serve, assim, como agenda de pesquisa, jamais como modelo do que seguir ou fazer. Considerada dessa forma, a temática desenvolvida por Andreski⁴ (1968), na sua obra *Military Organization and Society*; Huntington (1996), no clássico *O Soldado e o Estado*; e a análise do caso brasileiro por Stepan (1986), no seu trabalho *Os Militares: da Abertura à Nova República*, constitui interesse de estudo para os autores deste artigo, na medida em que conduzem os debates sobre a relação civil-militar nacional, permitindo-se a inserção de outras realidades num quadro analítico maior.

No que importa a este artigo, busca-se responder à seguinte pergunta: o momento constituinte (1985-1988) é central para o entendimento da transformação do arquétipo organizacional militar brasileiro e do impacto desta transformação na relação civil-militar nacional?

Para responder a tal questão, inicialmente, utiliza-se o desenvolvimento teórico de Andreski, localizando, pela abordagem da estratificação social, o estrato militar. Ainda de sua obra, são comentadas as três variáveis que informam os arquétipos organizacionais militares – *Military Participation Ratio (MPR)*, *Subordinação e Coesão* – e as suas respectivas classificações, observando-se os valores limites dessas variáveis e o modelo geométrico concebido para representá-las.

Em seguida, verifica-se, à luz da teoria huntingtoniana e do trabalho de Stepan, o impacto da classificação do arquétipo organizacional militar brasileiro na relação civil-militar nacional, após a refundação constitucional de 1988, sob o enfoque de que tal relação “forma o principal componente institucional da política de segurança militar⁵” (HUNTINGTON, 1996, p.19).

Admite-se a hipótese de que o arquétipo organizacional militar brasileiro, após 1988, é classificado, segundo a nomenclatura utilizada por Andreski, como *Mortazic*, diferente daquele classificado como *Ritterian*, atinente ao período histórico anterior (1964 a 1985).

⁴ Todas as citações da obra de Andreski receberão tradução própria dos autores.

⁵ A definição huntingtoniana de Política de Segurança Militar, observada por este trabalho, é: “o programa de atividades destinado a minimizar ou neutralizar esforços tendentes a enfraquecer ou destruir um país através das forças armadas que operam de fora de suas fronteiras institucionais e territoriais” (HUNTINGTON, 1996, p.19).

APRESENTAÇÃO DAS VARIÁVEIS

O cerne do trabalho de Andreski (1968) está na identificação de uma relação push-pull entre o estrato social e o estrato militar, ou seja, em que medida a organização social influencia a organização militar e vice-versa.

O autor conceitua estrato social como “um agregado de indivíduos possuindo, para mais ou para menos, o mesmo status, numa determinada sociedade” (ANDRESKI, 1968, p. 20). Além-se, nesse conceito, ao aspecto da organização social relativo ao poder político e aos direitos moderadores desse poder, isto é, aos direitos políticos. Desses conceitos, define-se a estratificação social como “o resultado da conjugação do status, da distribuição de riqueza e dos direitos políticos” – a qual produz, em síntese, “desigualdades sociais” (ANDRESKI, 1968, p.22).

O processo de estratificação leva-o a divisar o estrato militar como detentor de uma “desigualdade” perante os demais, a qual, de fato, é uma habilidade delegada pelo poder político. Assim diz Andreski: “a habilidade em compelir alguém por meio do uso ou da ameaça do uso da violência é uma forma irreduzível de poder, a qual pode existir per se” (ANDRESKI, 1968, p.25). Esse poder, denominado militar, tem como mandatários os integrantes de um locus identificável no processo de estratificação, o estrato militar, possuidor de características próprias a cada sociedade.

Dessa forma, um conjunto de variáveis é exposto e analisado de forma a oferecer sustentação a generalizações referentes ao poder militar e aos seus arquétipos organizacionais. A primeira variável, denominada Military Participation Ratio (MPR), é definida como sendo a razão entre o número de indivíduos utilizados para os fins militares e o total da população. Isso não significa simplesmente um percentual de soldados versus a população masculina ativa. Muito mais do que isso, a MPR identifica um quantum de adesão social às demandas próprias à atividade militar: recrutamento, tecnologia aplicada ao desenvolvimento de armamento (mas não só), segurança externa, entre tantas outras. Pode ser dividida na MPR Atual e na MPR Ótima. A Atual é a que se observa numa dada sociedade, influenciando diretamente no equilíbrio de poder entre os estratos sociais. A razão Ótima, em contrapartida, é definida como aquela que, tendo em vista as condições de desenvolvimento tecnológico e tático, propiciaria ao Estado a obtenção do máximo poder militar, sendo constantes o moral da sociedade, a liderança dos governantes, etc. (ANDRESKI, 1968, p. 33).

A influência da MPR na estratificação também é destacada no tocante ao equipamento e à remuneração do estrato militar (ANDRESKI, 1968, p. 34), e à Facilidade de Supressão (ANDRESKI, 1968, p. 35). Em relação à primeira capacidade de influir no processo de estratificação, quanto mais o

estrato militar cuida da sua logística, em sentido lato, mais independência ele adquire para fazer valer seus pleitos. Se o governo tutela o estrato, remunerando-o e adjudicando-lhe o aparato logístico necessário para o seu desempenho profissional, considera-se que é obtido um maior controle disciplinar da parcela castrense da sociedade; e diminui-se a dispersão territorial do poder militar. Esse duplo resultado ocorre por meio da nomeação de oficiais, mandatários do governo, para a sua administração.

Em segundo ponto, tem-se a Facilidade de Supressão, conceito que está intrinsecamente ligado ao poder de fogo do armamento na posse do estrato militar e à capacidade organizacional desse mesmo estrato. Tanto mais a população for mantida subordinável, maior será a Facilidade de Supressão e maiores serão as desigualdades sociais verificadas – característica de um processo de estratificação com perfil íngreme. Por extensão, Andreski (1968, p. 139) considera que a MPR influencia na extensão do controle governamental sobre a população, ou seja, na dimensão do poder político do governo.

Dessa forma, visando à classificação dos arquétipos organizacionais militares, a MPR é determinada pelos seguintes fatores:

- 1) A MPR Ótima, a qual depende de várias circunstâncias afetando a técnica da guerra [tecnologia empregada no combate], sendo a mais importante a relação entre o custo do armamento mais eficiente e a capacidade para produzi-lo;
- 2) A tendência à utilização total do potencial humano [do inglês, manpower], cujo patamar depende da necessidade premente do esforço militar, o que, em retorno, refere-se ao grau das ameaças externas e da belicosidade das ameaças internas;
- 3) A inclinação da parte do estrato governante de possuir o monopólio das armas, na intenção de fortificar sua posição [de poder]. Se a MPR Ótima é alta, essa inclinação contrapõe-se à tendência enunciada no fator 2, acima. Sua interrelação é conectada com as oscilações intra-hierárquicas, ou seja, com o governante incrementando a competência funcional do estrato militar, como forma de aumentar o poder das Forças Armadas e de diminuir os privilégios de uma nobreza militar. Onde não há estratificação, existe a inclinação a conquistas internas [de poder]; e
- 4) A tendência à expansão territorial [pela via da guerra de conquista], a qual, se exitosa, deve diminuir a MPR, haja vista significar a subjugação de populações hostis – não obstante existirem exceções, nas quais os conquistados são incorporados às fileiras nacionais e

utilizados militarmente. Atenta-se para o fato de que sucesso na guerra de conquista pode requerer uma aproximação à MPR Ótima, que pode ser maior, em relação à unidade política original [antes de incorporar o território conquistado] (ANDRESKI, 1968, p.148).

No padrão proposto de se compreender a influência mútua entre estratificação social e organização militar, Andreski apresenta uma segunda variável, a subordinação, entendida sob o binômio “hierarquia e disciplina”. Sem resvalar em simplismos, o autor encara a subordinação como forma de estratificação vertical que pode alimentar um fluxo no sentido sociedade-Forças Armadas, ou, no sentido oposto, Forças Armadas-sociedade. Em contrapartida, ela promove certo nivelamento, já que, estabelecidas as regras à ascensão hierárquica, propicia a mobilidade entre os estratos.

Segundo Andreski, (1968) o grau de subordinação, verificável no arquétipo organizacional militar, é determinado pelos seguintes fatores:

- 1) A intensidade do combate, que a retroalimenta;
- 2) O tamanho das Forças Armadas: quão maiores, mais indispensável é um alto grau de subordinação;
- 3) A disponibilidade de métodos de controle, como a formação de uma polícia própria e a utilização de técnicas de gestão;
- 4) A rigidez do grau de controle do governante sobre o equipamento e a remuneração do estrato militar;
- 5) A Facilidade de Supressão que, no seu aspecto territorial, depende da relação de ataque-versus-defesa [ou seja, do trabalho das forças centrípetas e centrífugas do poder político, promovendo concentração ou dispersão territorial, respectivamente (p.75); e
- 6) A constelação de centros de poder, que pode ter uma influência positiva ou negativa no grau de subordinação. [...].

Como terceira variável, a coesão das Forças Armadas tende a produzir, em seu aspecto cívico, a coesão dos três poderes estatais. O grau de coesão, na dimensão do arquétipo organizacional militar, é determinado, principalmente, pelos fatores abaixo citados – sem que com isso se descuide do sustentáculo da coesão, a saber, a capacidade de se congregarem sistematicamente um dado estrato social em função de um objetivo comum e exterior aos elementos singulares:

- 1) A pressão proveniente do Sistema Internacional, a qual tende a aumentá-la (conforme a Lei de Seeley³);

- 2) A imperatividade da cooperação, que depende de circunstâncias tecnológicas e táticas [administradas no combate], as quais podem torná-la uma condição, preponderantemente absoluta, do conquistar da vitória;
- 3) O tamanho feérico⁴ da unidade [de combate]. Constantes os demais fatores, quanto menor ele o for, mais coesa ela tende a ser;
- 4) O grau de subordinação, o qual implica em coesão (porém, não vice-versa) [...];
- 5) A interdependência econômica, a homogeneidade cultural e outras circunstâncias não-militares atinentes ao estrato social; e
- 6) A pressão dos estratos mais inferiores no bookay (o estrato de guerreiros, à frente do governo), o que pode confirmar sua solidariedade interna. Este fator aplica-se somente a sociedades com essa característica (ANDRESKI, 1968, p.148-149).

CLASSIFICAÇÕES DOS ARQUÉTIPOS ORGANIZACIONAIS MILITARES

Buscando-se a classificação por tipos ideais –, ou seja, através de um exercício racional que retira da empiria seus aspectos irracionais e imprevisíveis, de modo a construir uma ferramenta de aferição teórica – é possível combinar MPR, Subordinação e Coesão em extremos (0 ou 1), numa variação contínua, visando a uma amostragem pura numa modelagem teórica. Todavia, há que se ressaltar que, empiricamente, tais arquétipos organizacionais militares não encontram representação estatal estabelecida, senão admitindo as características de outras classificações referenciadas.

Objetivando a conjugação das variáveis, para a MPR, utiliza-se a letra maiúscula M, designando uma razão alta (valor extremo um); e a letra minúscula m, designando uma razão baixa (valor extremo zero). No tocante à utilização do parâmetro Subordinação, por analogia à MPR, são estipuladas a maiúscula S e a minúscula s. Para a Coesão, dá-se o mesmo: C e c. Da Matemática, com a ferramenta da análise combinatória, obtêm-se oito conjugações, representadas pelos vértices de um cubo.

Segundo Andreski (1968), à luz do método comparativo, e tendo como base diferentes sociedades, com distintos processos de estratificação no

⁶ Sir John Robert Seeley, historiador inglês do Séc. XIX, propôs uma “lei” que considerava a quantidade de liberdade num Estado inversamente proporcional à pressão que por ele era recebida do ambiente externo (Idem, p. 130).

⁷ Cf. Glossário de Neologismos, distância feérica é aquela medida pela unidade de tempo necessária a percorrê-la (Idem, p. 232).

processo histórico, as conjugações podem ser classificadas em:

1) Ritterian (msc): será apresentado na próxima seção;

2) Masaic (MsC): encontrado em sociedades não estratificadas e pouco populosas, todavia possuidoras de uma organização política definida, mesmo que extremamente democratizada. Sua coesão resulta principalmente da coesão do estrato militar, advinda da constância do fenômeno guerra. Certamente, esse arquétipo organizacional inexistente em sociedades populosas, visto que a forte coesão de forças armadas mais numerosas só pode ser alcançada pela via da subordinação. Como dado geográfico, esse arquétipo é observado em sociedades cujos povoamentos ocorrem em relevos planos e acessíveis, ou na faixa litorânea. Seus possíveis líderes possuem uma liderança carismática, com autoridade muito circunscrita, dada a pequena representatividade em face da pequena população. São exemplos: as tribos Massai; os cossacos, antes de incorporados ao exército russo; e os piratas cretenses da antiguidade. Ademais, havendo tais líderes, adviriam provavelmente do estrato religioso, desconexos com o estrato militar, muito embora, por imperfeição, possa existir a coalescência entre o sacerdote e o líder militar em determinadas sociedades, ocorrendo dificuldades em classificar o arquétipo. Os Bantos, da África austral, também possuem este arquétipo.

3) Tipo Impossível (MSc): não há arquétipos organizacionais militares com tal conjugação de parâmetros, já que subordinação implica em coesão, sendo certa a impossibilidade de se ter S e c combinados.

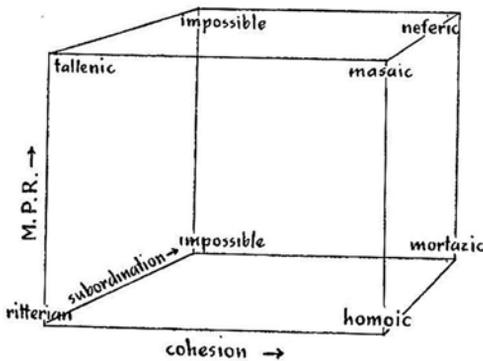


Figura 1 - Cubo. Eixos: MPR, Subordinação e Coesão (p.123).

4) Tallenic (Msc): com ocorrência em sociedades igualitárias, mais precisamente, organizações políticas desarticuladas e amorfas. A alta MPR significa que não há um estrato militar definido, possuindo o monopólio das armas e, por conseguinte, apto a adquirir privilégios. Assim como não existem, em vista da baixa subordinação, leis

determinando que aqueles que possuem tais armas estariam aptos a liderar a massa. De fato, qualquer exemplo de coesão que exista em tais sociedades provém de laços familiares distantes ou da consciência cultural comum,

ou ainda de ambos os fatores. Esse arquétipo, enfim, só pode existir onde não exista governo organizado, sendo certo que a primeira tarefa de um governo eficaz é organizar a defesa. Do contrário, pode ocorrer em pequenos agrupamentos sociais não submetidos à frequência e à intensidade da guerra, visto que, sob esse fenômeno, são indispensáveis a liderança e a disciplina. São seu exemplo os indivíduos que compunham o movimento da expansão da fronteira ocidental estadunidense.

5) Neferic (MSC): diagnosticado em sociedades com as seguintes características: a) tendência ao nivelamento das “desigualdades sociais”, em virtude da alta MPR e da alta subordinação, desequilibrada pela tendência à estratificação produzida pela alta subordinação e pela tendência ao totalitarismo conexo à alta MPR; b) governo monocrático; c) alta coesão que, todavia, pode ser meramente um reflexo da coesão da máquina político-militar (como no Império Inca), ou pode ter como nascedouro a consciência etnográfica e/ou a interdependência econômica (como na Alemanha nazista); f) alta mobilidade intraestratos, correlacionada a uma monocracia. O mais puro exemplo de sociedade em que ocorre essa classificação é a ex-URSS, além dos demais despotismos totalitários e burocráticos. Modernamente, sem ressalvas para as democracias liberais, os EUA (vindo da classificação Tallenic) e o Reino Unido adotaram-no após a Primeira Guerra Mundial. Os demais Estados europeus, participantes das duas guerras mundiais, aproximaram-se dele, malgrado suas ideologias políticas.

6) Homoic (msC): tipicamente observado em repúblicas nobiliárquicas (ou, em gênero, uma polis⁸ nobiliárquica) pouco populosas e possuidoras de um processo de estratificação íngreme, com alta coesão e detendo igualdade entre os indivíduos do estrato governante. O processo de estratificação íngreme coaduna-se com a baixa MPR, enquanto a alta coesão e a citada igualdade correspondem às características inerentes à organização militar. Sociedades muito populosas não comportam tal classificação, principalmente sob as variáveis que impliquem na sua forma pura, porque alta coesão e hierarquização deficitária só podem ser conciliáveis quando envolvem pouca população. De fato, em sociedades com grande contingente populacional, em que os meios de comunicação não são desenvolvidos – entenda-se aqui uma cadeia de comando e controle –, qualquer achatamento do perfil da pirâmide da subordinação deve significar, no mínimo, desintegração política parcial. São exemplos Sparta e o Estado Dório em Creta;

7) Mortazic (mSC): será apresentado na próxima seção; e

⁸ Segundo Stepan (1986, p.9), “termo que resgata a velha preocupação aristotélica sobre a forma como as pessoas se organizam tendo em vista a excelência coletiva”.

8) Tipo Impossível (mSc): como descrito no item 3, acima.

Em resumo, para Andreski, (1968, p. 119-123) as principais classificações são: Ritterian, Masaic, Tallenic, Neferic, Homoic e Mortazic.

A relação civil-militar

O conhecimento cívico do poder militar é aspecto republicano indispensável à constituição do controle da sociedade sobre o ator estatal, responsável pelo monopólio legítimo da força.

No que importa ao controle civil sobre o estrato militar, um marco teórico importante é apresentado no clássico *O Soldado e o Estado: Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares*, escrito por Samuel Huntington. A questão central desenvolvida pelo autor é verificar quais são as condições necessárias, com sua estruturação e problemática decorrente, à existência de Forças Armadas eficazes e leais simultaneamente ao Estado e à classe civil dirigente. Sua resposta, transformada em obra em 1957, continua na pauta das discussões acadêmicas, pois revela que o “controle civil se efetiva via redução ao mínimo do poder militar, sendo que o [seu] modelo [analítico] considera a subordinação como um dado estabelecido” (SOARES, 2006, p. 35) e, acrescentando-se, estabelecido através do que o autor chama de militarização do militar.

Huntington justifica a necessidade do controle civil sobre o estrato militar com a teoria do prussiano Clausewitz, expressa na obra *Da Guerra*. O elemento básico dessa teoria é o conceito da dupla natureza da guerra e o papel do militar.

A guerra é uma ciência autônoma – “como uma coisa em si (do alemão, *Krieg an sich*)” – com métodos e objetivos próprios. Não sendo um ato isolado, recebe condicionamento exterior. Por isso mesmo, a natureza da guerra é instrumental e traduzida por um objetivo político, externo à mesma. Com efeito, sendo autônoma, a guerra exige que o estrato militar nela desenvolva seu mister sem interferências – as ações nos níveis estratégico-operacional e tático cabem ser avaliadas segundo critérios eminentemente militares. Não obstante, reserva-se ao estrato governante, pelo *rationale* teórico desenvolvido pelo general prussiano, a responsabilidade pela conduta da guerra – a política gera a guerra e o estadista dela se vale como instrumento. Ora, não se deve subordinar o ponto de vista político ao militar. Da mesma forma como a guerra subordina-se à política, o estrato militar, delegatário do poder militar, subordina-se ao estadista (HUNTINGTON, 1996, p. 73-76).

O controle civil pode ser subjetivo quando existe a prevalência de civis, arregimentados numa instituição governamental ou compondo um estrato social específico, impondo seus interesses sobre os demais estratos. O estrato

militar é cooptado por esses civis e, progressivamente, envolvido na política – institucional ou classista – descaracterizando a sua autonomia profissional.

Em contraposição, denomina-se controle civil objetivo a antítese da participação dos militares na política. Enquanto o poder político dos militares é reduzido ao nível mais baixo, é promovida a ascensão do profissionalismo do estrato castrense. As Forças Armadas são reconhecidas como instrumento do Estado, ficando à disposição de quem detenha a autoridade legítima para o uso do poder militar.

O controle civil objetivo corresponde ao tipo de equilíbrio da relação civil-militar que supera o mero push-pull (do inglês, as forças e as contraforças), inerente e saudável ao dinamismo dialético da relação entre o estrato militar e a parcela civil do estrato social, e proporciona a maximização da política de segurança militar. O controle civil objetivo encarna e consome a gestão do poder militar por uma intelligentsia política. Todavia, verifica-se a insistência de grupos civis em fazer prevalecer seus interesses, dificultando a concretização dessa forma de controle (HUNTINGTON, 1996, p. 99-104).

É o que ocorre, no processo histórico brasileiro, a partir de 1964, em virtude de uma série de transformações sociais e políticas, observando-se um momento crítico de paralisia política, que atinge seu clímax em 31 de março. A paralisia só se resolve, dadas a insuficiência e a ineficiência dos canais institucionais vigentes, num ato de força capitaneado pelos militares, se bem que contando com o vivo apoio dos estratos privilegiados, isto é, das elites econômicas e políticas do estrato social. Esse ato inicia um período da história do Brasil em que as Forças Armadas ocupam o papel do executor protagonista, detentor de fato e de direito do poder político. Nesse momento, emerge um arquétipo organizacional militar que impacta na forma de ação político-militar, a saber, aquele classificado por Andreski como Ritterian. Surge, da parte do estrato militar, a intervenção direta e a ação governativa.

De fato, do método comparativo, aliado ao processo histórico, Andreski conceitua o arquétipo Ritterian (msc) como aquele que possui características oriundas de um sistema político senhorial. Na sua vigência, o processo de estratificação social é íngreme, conexo à baixa MPR, à baixa coesão e à igualdade entre os que pertencem ao estrato governante.

Nesse arquétipo, o estrato governante é identificado ao estrato militar, o qual, possuindo o monopólio das armas, governa as massas desarmadas – verificando-se, assim, alta Facilidade de Supressão. O autor denomina tais sociedades de bookayan e o estrato militar governante de bookay, termos derivados do substantivo buke (da língua japonesa, nobreza militar). Portanto, historicamente, uma sociedade bookayan pode ser considerada uma polis nobiliárquica, ou uma república senhorial (ANDRESKI, 1968, p.143-145).

O incremento do número de governos militares na América do Sul, a partir da década de 1960, e a democratização desses Estados, a partir dos anos 1970 e 1980, revelaram o impacto dos arquétipos organizacionais militares nas respectivas relações civil-militares atuantes nesses regimes. Esse impacto, permeando a atividade política do estrato militar, representou uma readequação do paradigma huntingtoniano da relação civil-militar, ou seja, do controle civil objetivo e do profissionalismo (STEPAN, 1986).

Stepan (1986, p.21) identifica um novo profissionalismo militar que se confronta com o huntingtoniano. Mudanças no conteúdo do profissionalismo, contribuindo para a expansão autoritária, ratificam o arquétipo organizacional militar Ritterian no Estado brasileiro, de 1964 a 1985. Essa expansão, exercida na polis, contraria a visão anterior de que o incremento do profissionalismo levaria à consumação de um estrato “apolítico”, ou melhor, infenso à política. Com o novo profissionalismo, a “função dos militares” – paradigma de confronto utilizado pelo autor – passa da segurança externa para a interna, requerendo dos mesmos uma capacitação política interrelacionada à militar (STEPAN, 1986, p.22).

Em que pese o propósito do novo profissionalismo de atuar contra as ameaças ao Estado e à sociedade, sejam elas genuínas ou construídas, suas condicionantes remetem a polis aos mesmos aspectos negativos do conceito huntingtoniano de controle civil subjetivo. Tais aspectos, adicionados ao arquétipo organizacional Ritterian, desequilibraram a relação civil-militar nacional do período de 1964 a 1985, influenciando negativamente tanto no exercício dialético e saudável do push-pull entre civis e militares, quanto na manutenção de uma política de segurança militar.

Em 1985, findo o regime militar, passa-se ao esgotamento do arquétipo organizacional militar Ritterian. Tal esgotamento ocorre, ressalva-se, porque, sob o regime democrático, há maior visibilidade daquilo que Andreski (1968, p. 139) reiterou em seu trabalho: “a subordinação e a coesão das Forças Armadas tendem a produzir a subordinação e a coesão do corpo político”.

Este artigo considera que existe, em especial após 1988, um processo de transformação do arquétipo Ritterian para o Mortazic, ou seja, verifica-se o incremento da subordinação e da coesão do estrato militar, diante dos seguintes fatores históricos apontados pelo modelo teórico de Andreski (1968, p. 154): surgimento de tropas profissionais e obedientes a um governo central; e incremento da centralização governamental.

Pela metodologia empregada, Andreski faz a diagnose das características do arquétipo organizacional militar Mortazic (mSC) em sociedades monocráticas e possuidoras de um processo íngreme e segmentado de

estratificação – todavia, com tendência a alta mobilidade entre os estratos. A coesão dessas sociedades, comumente populosas, pode ou não ser grande. Ela pode restringir-se ao estrato governante, enquanto o restante da população pode viver, em regime de subsistência, em comunidades isoladas.

As sociedades que possuem tais arquétipos organizacionais militares podem ser divididas, inicialmente, em dois importantes segmentos:

a) aquelas em que a coesão provém de raízes outras – que não as de origem militar –, como a interdependência econômica ou a consciência de uma nacionalidade; e

b) aquelas em que a coesão reside quase que exclusivamente, ou ao menos primariamente, no estrato militar.

Em segundo lugar, podem ser divididas naquelas sociedades em que:

a) os estratos militar e governante coincidem; e

b) não há tal coincidência. Nesse caso, podendo o estrato militar pertencer, na sua totalidade, ao estrato social mais privilegiado ou, em nova subdivisão, somente os oficiais pertencerem a tal estrato (ANDRESKI, 1968, p. 141-142).

Sobre o processo de transformação do arquétipo organizacional militar brasileiro em Mortazic, há dois períodos a se destacar. O primeiro, de 1985 a 1988, portanto, momentos antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, em que se aponta o trabalho de Cavagnari Filho (1987), em ensaio pertencente à obra *As Forças Armadas no Brasil* (organizada pelo Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP), o qual alerta para a necessidade de se construir a hegemonia civil – hegemonia essa constitucional.

Essa resulta, na história contemporânea brasileira, de “todo um processo de fortalecimento da sociedade civil e das instituições políticas democráticas”, ou seja, da característica da coesão e da necessidade de seu incremento no corpo político (CAVAGNARI FILHO, 1987, p.75). E, para não haver coincidência entre os estratos governante e militar – outra característica do arquétipo Mortazic – Cavagnari afirma que tal fortalecimento deve permitir:

A alternância no poder, sem traumas nem turbulências; o direito da sociedade de exigir e de reivindicar, sem ser considerado problema de defesa interna; a regulação institucional dos conflitos, sem recorrer invariavelmente aos militares; a transformação das demandas sociais em objeto de decisão política fora dos padrões históricos do “clientelismo” (CAVAGNARI FILHO, 1987, p. 75-76).

O segundo período a se destacar no citado processo de transformação,

após 1988, alcança a perenidade do que é contemporâneo e possui dupla dimensão. Internamente, refunda-se o Estado pela promulgação de uma nova constituição. Externamente, findam-se a Guerra Fria (1989) e os regimes burocrático-autoritários na América do Sul, os quais têm seus matizes internalizados no Brasil.

Nesse contexto é possível desenvolver uma “análise da dimensão das ações especificamente militares que podem sustentar – ou prejudicar – a consolidação de uma polis democrática” (STEPAN, 1986, p. 82). Sob o conceito aristotélico da “cidade”, o autor distingue três arenas na polis moderna e democrática: a sociedade civil, a sociedade política e o Estado.

A sociedade civil é representada pelos “movimentos sociais” – como associações de bairro, grupos religiosos e correntes de intelectualidade – e “organizações cívicas” classistas – como as de advogados, jornalistas e os sindicatos – que se voltam à expressão e à promoção de seus interesses.

A sociedade política é representada pelos partidos políticos, pelas lideranças políticas, pelas alianças interpartidárias e pelas casas legislativas, sendo a arena por meio da qual a sociedade civil organiza-se politicamente, buscando estabelecer o controle sobre o poder público e o aparelho estatal.

Por arena estatal, entende-se o sistema administrativo, legal, burocrático e coercitivo que visa parametrizar as relações entre a sociedade civil e o poder público, inclusive no que tange aos relacionamentos no interior da sociedade civil e política (STEPAN, 1986, p. 9-20).

Para os Estados em que vige uma democracia republicana – é o caso do Brasil, após 1988 – cada uma das três arenas da polis informa (ou deveria informar) o que ela pretende seja o arquétipo organizacional militar brasileiro, impactando na gestão cívica do poder militar, ou seja, na relação civil-militar nacional e, por conseguinte, na política de segurança militar.

Assim, na sociedade civil, deve-se atentar para a importância dos Estudos Estratégicos, pela visão epistêmica do produto da relação civil-militar, ou seja, daquilo que Huntington conceituou como política de segurança militar, retirando o atraso de quase setenta anos em relação às democracias centrais do Ocidente. Entre muitos aspectos práticos, considera-se, no mínimo, de que é preciso:

a) Na academia, aumentar a produção nas linhas de pesquisa desse campo multidisciplinar do conhecimento; e possuir seus pesquisadores mobiliando a mídia impressa e televisiva – a sociedade civil já não pode ignorar os aspectos que dizem respeito à sobrevivência do Estado, criando demanda dessas informações; e

b) Na burocracia estatal, que se criem carreiras de Estado (mobiadas por civis) afetas à segurança e à defesa; e que se continue a criar e a aprimorar

normas que sejam sustentáculo de um arcabouço jurídico da política de segurança militar.

O conhecimento que advém do que tarda em ser implementado, diz Stepan (1986, p.104), é “indispensável à criação da função supervisora da sociedade política, em especial do Poder Legislativo, sobre os militares”.

É nesse sentido que Rocha (2011, p. 29-30), em seu artigo *Militares e Política no Brasil*, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), verifica que:

A evolução das normas e instituições no campo da segurança e defesa no Brasil obedece a padrão reativo, marcada por conflitos diversos e produzindo muita desconfiança entre civis e militares. O assunto ainda ocupa pouco espaço na agenda política brasileira, na qual é tratado com base em muita ignorância e preconceito. Faltam documentos norteadores das corporações, civis experientes no assunto e convicção da sociedade sobre o que quer de suas Forças Armadas.

Na sociedade política, comissões permanentes no Legislativo ou nos órgãos do Executivo devem prover a supervisão política do estrato militar, as quais deverão possuir quadros de especialistas aptos a dialogar com as Forças Armadas. Essa interação entre o estrato militar e os Poderes, principalmente o Legislativo, por meio das comissões e órgãos, ajuda a reduzir o desconhecimento que autoridades militares e políticos ainda têm uns dos outros no que se refere aos seus papéis na aplicação do Poder Militar. “O autofortalecimento do Poder Legislativo em assuntos de segurança nacional é imperativo, assim como um objetivo possível” (STEPAN, 1986, p.105).

Nesse aspecto, acrescenta Rocha (2011, p. 34-35) que:

Uma das consequências de se conferir ênfase ao “inimigo interno” foi, de fato, reduzir a importância, perante a sociedade, das ameaças externas, tipicamente enfrentadas pelas Forças Armadas, reduzindo-se a visibilidade dos militares e sua relevância em uma sociedade contemporânea. Para um país com as características do Brasil, isto significou confundir ainda mais a população acerca da necessidade e do papel desejável para os militares, que, no discurso oficial, permanece sendo a preparação para enfrentar ameaças externas, em especial as Forças Armadas de outros países.

Na arena estatal, sob uma agenda conjunta, a sociedade política (no Legislativo) e as lideranças do governo devem manter a tarefa permanente de reestruturar as Forças Armadas, segundo as demandas geopolíticas e os

objetivos estratégicos nacionais. Já não tendo representantes do estrato em cargos políticos dessa arena, os militares devem sentir-se possuidores de representação democrática nessa reestruturação. É ainda nessa arena que se faz necessário um fluxo contínuo de informações alimentando o push-pull entre civis e militares, a fim de que seu equilíbrio dialético contribua para “diminuir a tendência do pêndulo alternar, violentamente, das aspirações militares radicais, por um controle total do aparelho do Estado, para as fantasias civis liberais de total isolamento dos militares” (STEPAN,1986, p. 108).

E, na análise dessa arena, por mais uma vez, Rocha (2011, p. 37) observa que:

Desde a redemocratização, sucessivos governos tentaram reordenar o setor de Defesa no Brasil, obtendo êxitos parciais. Decorreu mais de uma década entre a promulgação da Constituição de 1988 e a criação do Ministério da Defesa [em 1999]. O esboço de política de Defesa escrito em 1996 somente foi atualizado em 2005, pela primeira vez mediante o envolvimento de acadêmicos, jornalistas, empresários e representantes da sociedade civil nos debates sobre objetivos e estratégias para a Defesa nacional. Ainda que não esclareça, por exemplo, o projeto de força ou os critérios de alocação de recursos, esta política, ainda vigente, avançou ao reafirmar tradições de inserção internacional do Brasil e estabelecer limites importantes para a atuação militar: no plano físico, o entorno estratégico (América do Sul e Atlântico Sul); e, na esfera institucional, a articulação sob o controle do Ministério da Defesa.

Este artigo considera ainda que a aprovação da Estratégia Nacional de Defesa (END), em dezembro de 2008, foi um passo significativo no processo de transformação do arquétipo organizacional militar brasileiro e na relação civil-militar nacional, de raízes constituintes, fundacionais. Da redação da END, observa-se a necessária antítese de a política dever promover a paz (o bem comum) e, ao mesmo tempo, conduzir à guerra, dando relevância ao aspecto profissional do militar, fruto do seu conhecimento técnico. Não se questiona se existiria um conflito entre a política e a guerra; e afirma-se a necessidade da interação sociedade, governo e Forças Armadas, revelando a “trindade” clausewitziana (CLASEWITZ, 2003). De fato, é possível verificar, no Decreto de 2008: a formulação da guerra como a continuação da política utilizando outros meios, validando a fórmula e a teoria do general prussiano e o paradigma huntingtoniano; e a conformação de uma nova perspectiva à relação civil-militar no Brasil com o incremento do seu produto empírico – a sua política de segurança militar (BRASIL, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dois aspectos, discutidos tanto por Huntington, quanto por Stepan, são essenciais na relação civil-militar: o controle civil objetivo e o papel do militar (politicamente estéril e infenso à mesma). Deles decorrem duas premissas baseadas na visão realista dos Estudos Estratégicos e no seu correspondente conceito de segurança internacional. A primeira premissa é a de que os Estados, por meio da gestão da força, devem poder usar da violência, instrumentalizada pelo seu poder militar, estabelecido segundo um arquétipo organizacional, o que eventualmente desencadeia o fenômeno bélico, como continuação da política. A segunda premissa é a de que o dito fenômeno alcança tal complexidade, a partir do século XIX, que deve ser travada por profissionais imbuídos de um tipo específico de politização: leal ao Estado e aos seus constructos, como a nação e a pátria.

No que se refere ao Estado brasileiro, conclui-se que, após 1988, vive-se um processo em aberto na relação civil-militar, que decorre do próprio processo de transformação do arquétipo organizacional militar de Ritterian para Mortazic – como apresentado no modelo teórico de Andreski. Malgrado o grau de subordinação e de coesão do estrato militar tenha crescido, implicando reflexamente no incremento da subordinação e da coesão do corpo político, por meio de mecanismos institucionais, a transição democrática, contextualizada no momento constituinte, ainda não reduziu a distância entre civis e militares no Brasil. Não obstante as Forças Armadas figurem, desde 1985, em pesquisas de opinião pública, num gradiente positivo e, sistematicamente, entre as instituições mais respeitadas da sociedade, a parcela civil ainda carece de aproximar-se delas sem preconceitos ou receio de ter sua imagem associada a um passado que a sociedade precisa conhecer e teima em superar.

Dessa forma, civis e militares devem estar mais atentos ao produto da relação dialética de forças que os deve equilibrar e guiar: a segurança da polis. É dizer, os estratos sociais devem atentar para a sobrevivência da “cidade”, por meio do incremento da sua política de segurança militar – entendida, no viés huntingtoniano, como o conjunto de normas, políticas e procedimentos direcionados à consecução de um ambiente em que inexista a sensação de ameaça externa iminente.

REFERÊNCIAS

ANDRESKI, Stanislav. *Military Organization and Society*. Califórnia: University of California Press, 1968.

BRASIL. Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 1 jul. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm>. Acesso em: 10 mai. 2013.

BRASIL. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 19 dez. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm>. Acesso em: 10 mai. 2013.

CAVAGNARI FILHO, Geraldo L. Autonomia Militar e Construção da Potência. In: RIZZO, Eliézer et al. *As Forças Armadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço Tempo, 1987.

CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FIGUEIREDO, Eurico de L. Os Estudos Estratégicos, a Defesa Nacional e a Segurança Internacional. In: LESSA, Renato (Org.). *Horizontes das Ciências Sociais, a Ciência Política*. Petrópolis: Vozes, 2010.

HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado: Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996.

ROCHA, Antônio Jorge R. da. *Militares e Política no Brasil*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), out. 2011. (1670, Texto para Discussão). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15230>. Acesso em: 11 maio 2013.

STEPAN, Alfred. *Os Militares: da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986.

Recebido em: 11/01/2013

Aceito em: 29/07/2013